

Cerimónia de Lançamento do Livro “Desafios para Moçambique, 2010”

Apresentação Geral

por

Carlos Nuno Castel-Branco

O livro “Desafios para Moçambique, 2010”, que o Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) hoje lança, é o primeiro do que se pretende venha a ser uma série de livros com o título genérico “Desafios para Moçambique”, que todos os anos o IESE lançará. Ao mesmo tempo que lançamos este primeiro livro, já estamos a trabalhar no conteúdo da edição 2011 dos “Desafios”. A publicação desta série pretende ser um contributo do IESE para as reflexões e os debates sobre o presente e o futuro de Moçambique.

A série é intitulada *Desafios para Moçambique* por várias razões. Por um lado, traz uma colectânea de reflexões e desafios nas esferas política, económica, social e internacional. Estes desafios e reflexões são construídos problematizando e discutindo, em cada um dos temas, onde é que o País se encontra, que dinâmicas dominam ou se interligam em cada assunto analisado, e o que é que a análise dessas dinâmicas sugere serem as possíveis direcções para construir diferentes cenários de futuro.

Por outro lado, os desafios discutidos na série são *para Moçambique* (e, por conseguinte, para os cidadãos de Moçambique) e não apenas para uma parte de Moçambique. Quer dizer, não são desafios apenas para o governo, ou para os académicos, ou para as organizações sociais ou para trabalhadores. São desafios para todos e para toda a sociedade. O desafio de pensar, discutir abertamente, avançar pontos de vista fundamentados na vida prática e na análise mais académica; o desafio de não cruzar os braços perante obstáculos e dificuldades e de não se deixar dominar pela complexidade, dificuldade ou risco associado com os problemas; o desafio de questionar o presente (as práticas, os modos de pensar e a interpretação do estado de coisas) pensando e acreditando em diferentes futuros possíveis; o desafio de identificar desafios, definir o que é prioritário, procurar caminhos novos; o desafio de fazer tudo isto de forma inclusiva, democrática e pluralista, estes e outros desafios pertencem a todos os cidadãos de Moçambique e são desafios permanentes.

A identificação de desafios reflecte escolhas, e estas reflectem pressões, interesses, aspirações, debates e conflitos sociais, económicos e políticos. Portanto, as escolhas de desafios apresentadas neste livro (e em todos os livros da série que venham a seguir) reflectem essas tensões e procura de abordagens que ajudem a mais claramente discutir e escolher opções de políticas públicas e sociais. Portanto, identificar os desafios é, em si, um desafio e, como tal, uma parte fundamental do debate sobre interpretações da realidade, prioridades, opções e direcções. Nenhuma escolha de desafios de desenvolvimento é neutra relativamente quer às pressões económicas e sociais concretas, quer aos interesses económicos e sociais que, invariavelmente, estão associados a tais pressões.

A implicação imediata deste ponto é que não há nenhuma razão para estarmos todos de acordo nem com os desafios identificados, nem com a forma como tais desafios são tratados. Nem tão pouco é intenção do IESE gerar um tal consenso impossível e desnecessário. O que pretendemos é ajudar a formar a agenda do debate e ajudar a informar esse debate, tornando-o cada vez mais útil para a prática de cidadania activa dos cidadãos de Moçambique.

O livro “Desafios para Moçambique, 2010”, cuja produção foi coordenada pelo Conselho Científico do IESE, é formado por quatro partes (política, economia, sociedade e Moçambique no Mundo) e contém 16 artigos elaborados por uma equipa de 22 investigadores. A produção do livro durou aproximadamente dez meses, desde a identificação dos temas e selecção dos autores até à impressão final.

A equipa de 22 autores inclui académicos de várias disciplinas (economistas, sociólogos, juristas, arquitectos, engenheiros, cientistas políticos, entre outras) e instituições (do IESE, de outros centros de investigação nacionais e de Universidades locais), activistas da sociedade civil, consultores, dirigentes empresariais e analistas de política pública. Logo, os artigos deste livro não são homogéneos: não desenvolvem as suas análises com base nas mesmas abordagens, paradigmas, leituras e metodologias, nem se apresentam com a mesma forma rigorosa e severa da academia. Alguns artigos reflectem experiências pessoais e institucionais descritas de forma mais empiricista, outros são o reflexo de opiniões construídas ao longo dos anos, e alguns são rigorosamente académicos. Desta variedade de focos, abordagens e experiências resulta que os autores não estão necessariamente de acordo uns com os outros, mas estas tensões não são mais do que o reflexo do mosaico em que Moçambique se reconstrói todos os dias. A riqueza desta contínua reconstrução e o direito inalienável a essa diferença resultam da prática de cidadania e temperam e forjam essa mesma cidadania.

Ao produzir este livro envolvendo uma larga rede de investigadores e analistas, também foi intenção do IESE ajudar a enriquecer as redes de investigação e reflexão colaborativa em Moçambique. Estas redes são o produto mais duradouro da investigação e, talvez, o seu resultado fundamental.

O título desta série, “Desafios para Moçambique”, já aponta para o primeiro grande desafio tratado neste primeiro livro, o da *mobilização, organização e participação política dos cidadãos*. A prática de cidadania é a forja dos cidadãos e de uma sociedade dinâmica, democrática e progressista. A cidadania não se circunscreve ao exercício do direito de voto, embora o inclua. A sua essência é a participação na reflexão, debate e luta política sobre as opções, caminhos e direcções para a vida política, económica, social e cultural, e a participação no exercício de influência directa sobre as decisões públicas e sociais, sua implementação, monitoria e avaliação. O amplo desenvolvimento da cidadania requer um ambiente de pluralismo, mas a cidadania é criada, temperada e forjada na luta pela conquista, contínua construção e defesa desse espaço plural.

Assim, a primeira parte do livro é dedicada a desafios de participação política. *“Até hoje, não conhecemos esses que elegemos”*. Com esta citação de um cidadão de Ancuabe, província de Cabo Delgado, Luís de Brito lança bases para uma discussão ampla e crítica do sistema eleitoral em Moçambique. *“O desafio da inclusão é provavelmente em termos políticos aquele que se coloca de forma mais urgente para a democratização da sociedade moçambicana na fase actual. Porém, deve ser entendido que inclusão não significa partilha de poder, de postos públicos, ou acesso a vantagens e recursos pelas forças políticas da oposição, como parece ser vista por alguns políticos e intelectuais, mas a definição de regras do jogo que permitam uma maior e mais efectiva representação dos interesses dos cidadãos em geral e, ao mesmo tempo, de diferentes grupos sociais com interesses específicos.”* (Luís de Brito 2009: pp 26). Esta secção inclui mais quatro artigos que desafiam o debate sobre aspectos particulares da democratização, cidadania, inclusão e participação política,

nomeadamente sobre: a governação local participativa, as organizações da sociedade civil, a gestão municipal e os meios de comunicação social.

A segunda parte do livro é focada em desafios económicos. Os relatórios do Governo de Moçambique (GdM) e dos seus principais parceiros bilaterais e multilaterais apresentam a economia de Moçambique como um exemplo de sucesso na promoção de rápido crescimento económico e redução da pobreza. O grau deste sucesso está associado com a magnitude das taxas de variação (por quanto é que a economia cresce ou a pobreza reduz) e a robustez do crescimento económico é assumida da aparente estabilidade dos indicadores monetários. Paradoxalmente, a economia nacional mantém elevadas taxas de dependência em relação a fluxos externos de capitais, tanto oficiais (ajuda externa) como privados (investimento directo estrangeiro e empréstimos no sistema bancário internacional). Mais de duas décadas após o início da implementação das medidas de estabilização e ajustamento estrutural em Moçambique, a estabilidade e a solidez dos indicadores monetários (inflação, taxa de câmbio) e estruturais (défice fiscal, défice da balança de pagamentos, reservas externas) continuam a depender da ajuda externa e da substituição do crédito doméstico para o investimento pelos fluxos externos de capital privado. Como é que este nível de dependência pode ser consistente com a história de sucesso e robustez que é contada todos os dias? Até que ponto é que a aparente estabilidade dos indicadores monetários e a aparente redução da pobreza não dependem mais dos fluxos externos de capitais do que da composição do crescimento económico? Se o investimento é tão dependente de fluxos externos de capitais, e estes reflectem sobretudo os interesses globais dos grandes investidores, que padrão de produção e comércio está sendo criado? Não será, a continuação desta dependência profunda, um indicador da fragilidade estrutural da base produtiva, comercial e fiscal da economia? Quais serão os impactos no comportamento e opções dos investidores nacionais das tentativas de gerir a massa monetária para estabilizar os indicadores monetários e estruturais por via da compensação dos fluxos externos de capital com recurso à esterilização da ajuda externa, aumento das reservas externas e outras medidas monetárias para enxugar a liquidez? Até que ponto é que tais efeitos não constroem as opções, o comportamento e os interesses dos agentes económicos nacionais, encorajando-os a optarem por actividades de alto retorno a curto prazo, a engajarem-se na luta por rendas relacionadas com política pública e capital estrangeiro?

Esta parte económica do livro inclui quatro artigos. O primeiro descreve os padrões de acumulação económica em Moçambique, na tentativa de compreender e explicar o paradoxo do sucesso dependente, analisar as suas implicações económicas e políticas e lançar o desafio da diversificação e articulação da economia e ampliação dos centros de acumulação (condição para se construir a independência económica e se gerarem padrões de produção e distribuição mais progressistas e benéficos para todos). O segundo artigo discute o desafio da diversificação e articulação da base económica focando a sua análise na problemática do desenvolvimento rural numa perspectiva de industrialização articulada do País. O terceiro artigo coloca a questão da terra no contexto do debate de desenvolvimento diversificado e amplo, e identifica e descreve o efeito dos conflitos sobre opções de desenvolvimento na natureza dos conflitos sobre a posse e utilização da terra. O quarto artigo discute desafios do financiamento da economia.

A terceira parte do livro aborda desafios sociais. O seu enfoque é o desafio da qualidade da educação como dinâmica e determinante fundamental da cidadania e do desenvolvimento mais geral de Moçambique. Assim, três dos cinco artigos desta parte são dedicados à qualidade da educação geral, formação profissional e educação universitária. O título de um dos artigos, *o desafio da leitura* (Buendia 2009), ilustra o grande ponto de partida deste debate. Como fazer o País ler, pois sem ler pouco ou nada mais é possível fazer. O primeiro artigo desta parte discute a reforma da justiça e o seu papel na cidadania e democratização, e o último discute um dos maiores desafios enfrentados por Moçambique, o da habitação, que se relaciona profundamente com a direcção das opções de

desenvolvimento económico e social e reflecte a pressão gerada pela crescente e acelerada concentração da população do País nas zonas peri-urbanas.

A quarta parte do livro discute desafios derivados da relação entre Moçambique e o Mundo, os quais estão organicamente ligados com as opções escolhidas por Moçambique e com as possibilidades de Moçambique escolher tais opções. Discutindo as recentes relações económicas com a China e uma perspectiva de Moçambique no Mundo, os dois artigos desta parte lançam bases para investigação, reflexão e debates muito mais profundos.

Como já foi mencionado, este livro tem a intenção de contribuir para um debate contínuo lançando alguns desafios de reflexão sobre o desenvolvimento em Moçambique. Um desafio foi já vencido – o de aceitar a complexa tarefa de produzir este livro a partir de uma tal pluralidade de abordagens e assuntos. O desafio seguinte será tornar o debate tão abrangente, inclusivo, pluralista, multidisciplinar, heterodoxo, inovador e útil quanto o possível. Este é um dos papéis fundamentais dos intelectuais e investigadores na luta pela conquista, construção e exercício da cidadania em Moçambique.

Não poderia terminar a minha apresentação inicial sem manifestar o sincero e profundo agradecimento do IESE a todos os que tornaram este livro possível: os financiadores (Noruega, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido, Finlândia e Suíça), a coordenadora editorial (Marimique) e editor executivo (Nelson Saúte) e os autores dos 16 artigos sem os quais a produção deste livro estaria ainda e apenas na fase de desafio.

Muito obrigado.

Maputo, 22 de Fevereiro de 2010